

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

REQUERIMENTO (Do Srº Alberto Filho)

Requer realização de Audiência Pública para debater as ameaças de morte que pesam sobre 100 juízes no exercício da magistratura em diversos Estados da Federação, segundos dados do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Senhor Presidente,

De acordo com as normas regimentais **requeiro** realização de **Audiência Pública**, em data a ser marcada ainda durante este mês de agosto de 2011, para debater a grave situação em que se encontram aproximadamente 100 Juízes, no efetivo exercício da Magistratura, sobre os quais recaem graves ameaças de morte ou estão sujeitos a situações de perigo, cujas ameaças estão sendo consumadas, como as que resultaram no mais recente assassinato de integrante do poder judiciário, ocorrido na noite de quinta-feira, 11 de agosto de 2011, com a morte da **Juíza Patrícia Acioli**, assassinada com 21 tiros, na porta de sua residência, no Bairro Jardim Imbuí, em Niterói, Rio de Janeiro.

Solicito que sejam convidadas a comparecer perante esta Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, as seguintes autoridades públicas:

- 1) O Ministro da Justiça, Srº José Eduardo Cardozo;
- 2) A Ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional de Justiça - CNJ;
- 3) O Drº Nelson Calandra da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB;

- 4) Drº Roberto Gurgel, Procurador Geral da República - PGR;
- 5) Drº Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Justificativa

Esta Audiência Pública faz-se extremamente necessária em razão de que o Estado Brasileiro não pode continuar permitindo que crimes bárbaros como este, ocorrido recentemente, com o assassinato da Juíza Patrícia Acioli, em Niterói, Rio de Janeiro volte a ocorrer, uma vez que são muitos os integrantes do Poder Judiciário ameaçados de morte.

Segundo informações publicadas pela imprensa, segundo a qual os dados enviados por tribunais estaduais e federais ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dão conta de que, aproximadamente 100 juízes estão ameaçados de morte no país, sendo que 69 receberam ameaças, 13 estão sujeitos a situações de perigo e 42 andam escoltados. Estes dados aumenta ainda mais a sensação de que estamos todos submetidos a uma inevitável insegurança pública considerando que, por exemplo, só no Estado do Paraná, 30 magistrados estão ameaçados de morte e o Rio de Janeiro vem em segundo lugar com 13 magistrados nessa situação. Segundo a imprensa estes números podem ainda aumentar quando os tribunais estaduais fizerem as atualizações de suas informações ao Conselho Nacional de Justiça.

Os membros da Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados têm o direito de ouvir as autoridades do país sobre esta situação e o dever de contribuir para a criação de um **sistema de segurança para a magistratura brasileira**, sem o qual a efetivação das ameaças fará novas vítimas entre os magistrados jurados de morte o que, evidentemente, provoca enorme sensação de que a Magistratura Brasileira poderá vir a ficar refém dos criminosos.

Assim sendo, conclamo os nobres pares a aprovarem este requerimento de Audiência Pública a ser realizada ainda durante o mês de agosto, do ano em curso, dada a gravidade desta situação em que se encontra a Magistratura Brasileira, sem prejudicialidade de que outras iniciativas possam vir a ser tomadas por esta Comissão como, por exemplo, a formação de um *Grupo de Trabalho* para construir esta proposta de um Sistema de Segurança para a Magistratura Brasileira.

Sala das Comissões, 16 de Agosto de 2011.

Alberto Filho
Deputado Federal-PMDB/MA